



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - BHU**

**SAMUEL ANTÓNIO CUNTÉ**

**O PAPEL DO CONHECIMENTO ENDÓGENO DOS BALANTA QUINTOÉ NA  
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO DE 2012 A 2024**

**REDENÇÃO - CE  
2024**

**SAMUEL ANTÓNIO CUNTÉ**

**O PAPEL DO CONHECIMENTO ENDÓGENO DOS BALANTA QUINTOÉ NA  
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA GUINÉ-BISSAU NO PERÍODO DE 2012 A 2024**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Humanidades junto à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB.

Orientador/a: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

**REDENÇÃO - CE  
2024**

**O Papel do Conhecimento Endógeno dos Balanta Quintoé na Proteção do Meio Ambiente  
na Guiné-Bissau no Período de 2012 a 2024**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel em Humanidades  
junto à Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB.

Aprovado, 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Janaína Campos Lobo (Orientadora)  
**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô Júnior (Examinador Interno)  
**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**

---

Prof. Dr. Vico Melo (Examinador Externo)  
**Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)**

## RESUMO

O conhecimento tradicional, por vezes, foi subalternizado em detrimento de um viés científico. Porém, saberes tradicionais têm ganhado crescente reconhecimento no cenário mundial e, em especial, na Guiné-Bissau. Este tipo de saber refere-se a práticas, costumes e conhecimentos transmitidos de geração em geração por povos e comunidades tradicionais, muitas vezes ligados ao uso sustentável dos recursos naturais e à preservação da biodiversidade. O objetivo central deste estudo é identificar, documentar e analisar os tipos de ‘conhecimento endógeno’, categoria que adoto para me referir aos saberes tradicionais, relacionados à preservação ambiental entre as comunidades guineenses dos Balanta Quintoé, situadas na região de Oio, no norte da Guiné-Bissau. O estudo adotará uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Na primeira etapa, a coleta de dados baseou-se em pesquisa bibliográfica, analisando materiais já produzidos sobre o tema. Posteriormente, será realizada pesquisa de campo, incluindo entrevistas com membros da comunidade. Espera-se que este estudo identifique e registre os conhecimentos tradicionais dos Balanta Quintoé que contribuem para a proteção ambiental, evidenciando seus benefícios na preservação do meio ambiente. Além de documentar esses saberes, o trabalho visa promover a conscientização sobre a importância do conhecimento tradicional, assim como apoiar a implementação de políticas públicas que garantam sua proteção e promoção.

**Palavras-chave:** Saberes tradicionais; Conhecimento Endógeno; Balanta Quintoé; Proteção; Ambiente; Guiné-Bissau.

## RUZUMU

Djiressa de tabanka, utro ora, ikata cetadu pabia de regras de djiressa de scola, mas, ultimus anus, i kunsu tene balur ku lugar na mundu ntido, inda mas na Guiné-Bissau. Es koldade djiressa ita intindidu suma pratikas, kustumes e djiressa de djintes de tabanka, ku manga de bias ita liga ku bom djito de tené rikezas di tchon pa manga de tempo, tambe ita usado pa bissia/protegi matus de tabancas ku tudo kê ku sta lá. Purmero intenson des tarbadju i ndika ku scrivi papel de tipus de djiressa de djintes de tabanka, es nome ku kudji pa tchoma djiressa de tabanka kuta liga ku kuidados de matos i ku tudo kussas ku sta na tabanka guineense de Balantas Kuntoó, ku sta mas na region de Oio, na Norte de Guiné-Bissau. Tarbadju kudji suma kaminhu de mpulma mpulma, qualidade de manha de explorasson. Na purmeru parti, pa kudji nformasons, i usadu mpulma mpulma de librus ku tene relasson ku assuntu ku na tratadu del. Mas dianti, mpulma mpulma na fassidu na tabanka, unde kina kumpanhadu ku purguntas ku na fassido ku djintes de tabanka. I na peradu ku es tarbadju, tchuli i skirbi papel de tipus di djiressas de tabanka di Balantas Kuntoó ku sirbi pa tadjia/protegi, matos i ku tudo kê ku sta na tabanka i dipus mostra sê balur na kuma ku é ta kinhu ku ki kussas. Tarbadjo I ka só skirvi es djiressas na fodja, i tené tam utro dissidjo, ki yalssa djiressa de djintes de tabanka, mostra balur de sê djiressa, i tambe pa apoia na criasson de pulitikas de pubis pa tadjia i ku balura inda mas é tipo de djiressa na Guiné-Bissau.

**Palabra-tchabi:** Djiressa de tabanka, Djiressa di tchon, Balanta Kuntoó, Bissia; Guiné-Bissau.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 PROBLEMATIZAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>11</b>
<b>3.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>11</b>
<b>4 HIPÓTESE.....</b>	<b>11</b>
<b>5 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>6 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>13</b>
<b>6.1 Revisão conceitual .....</b>	<b>13</b>
<b>6.1.1 Conhecimento Endógeno.....</b>	<b>13</b>
<b>6.1.2 O Ambiente .....</b>	<b>15</b>
<b>6.1.3 Preservação e Conservação .....</b>	<b>15</b>
<b>6.2 Importância Da Preservação Do Meio Ambiente Na Guiné-Bissau .....</b>	<b>16</b>
<b>6.2.1 Meio Ambiente e Biodiversidade .....</b>	<b>16</b>
<b>6.2.2 Histórico de Problemas Ambientais na Guiné-Bissau .....</b>	<b>18</b>
<b>6.2.3 Instabilidades Políticas como fator de crise ambiental na Guiné-Bissau .....</b>	<b>19</b>
<b>6.3 Breve Histórico Sobre A Origem Dos Balantas (Brassa) .....</b>	<b>21</b>
<b>6.3.1 Descrição sócio-histórica e Identidade de povo Balanta (Brassa) .....</b>	<b>21</b>
<b>6.3.2 Organização sociopolítica da etnia Balanta (Brassa).....</b>	<b>23</b>
<b>6.3.3 A concepção do mundo na perspectiva africana (Balanta) .....</b>	<b>23</b>
<b>7 METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
<b>7.1 Contextualização do campo de pesquisa .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>28</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O saber endógeno, também chamado de conhecimento tradicional ou local, é um elemento essencial em muitas comunidades ao redor do mundo, particularmente entre os povos indígenas e tradicionais. Esse conhecimento se constrói a partir dos hábitos e costumes desses povos, abrangendo suas formas de vida, desafios cotidianos, bem como as técnicas de caça, pesca, coleta de sementes, manejo de plantas, frutas e animais, fundamentais tanto para a sua subsistência quanto para assegurar o consumo coletivo de sua comunidade (Leite; Almeida, 2013).

Ao longo dos tempos, esse conhecimento veio a ganhar consideração e espaço no âmbito internacional e nacional (Tarrega, 2012). A temática destacou-se internacionalmente, através da Convenção sobre a Diversidade Biológica<sup>1</sup> que é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecida durante a notória ECO-92, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, é um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, em seu artigo 8º, inciso “j” ordena os membros signatários:

[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas, e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (ONU s/d).

Entretanto, para Tarrega (2012), momentos anteriores à Convenção sobre a Diversidade Biológica, nos discursos das Nações Unidas nas décadas de 1980, já havia referências discursivas ao conhecimento tradicional. Consoante Cunha (2009), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), já tinham criado sugestões de mecanismo que de certa forma lidava com os assuntos sobre o conhecimento tradicional, uma espécie de tipos de regras para leis nacionais para proteção de expressões folclore contra exploração ilegal.

De acordo com Cunha (2009), o discurso sobre conhecimento tradicional foi oficializado pela primeira vez no ano de 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que teve como título “O Nosso Futuro Comum” que é conhecido também como o Relatório de Brundtland.

---

<sup>1</sup>Convenção Sobre a Diversidade Biológica. Disponível Em: [Http://www.Rbma.Org.Br/Anuario/Pdf/Legislacao\\_01.Pdf](http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_01.pdf). Acesso Em: 12 Set. 2024.

No entanto, o estudo sistemático sobre conhecimento tradicional começou a se tornar importante anos anteriores à oficialização do seu discurso, especialmente a partir dos anos 1980. Foi nesse período que a relevância de preservar e valorizar esses saberes ancestrais passou a ser amplamente reconhecida, recebendo maior atenção acadêmica e institucional (Zanirato; Ribeiro, 2007).

Os documentos mencionados, a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Relatório Brundtland sublinham a necessidade de incluir atores locais e comunidades tradicionais, que possuem conhecimentos endógenos no desenvolvimento e execução de políticas ambientais. Essa inclusão é vista como uma forma de valorizar tanto o conhecimento tradicional quanto as experiências acumuladas por esses grupos. Além disso, pode-se observar que esses documentos contribuíram para a elevação do status social do conhecimento tradicional, que antes era marginalizado e tratado como inferior ao saber científico. O reconhecimento promovido por esses textos reflete um avanço no respeito à diversidade cultural e reforça a importância da preservação das tradições e dos conhecimentos das comunidades locais.

Sendo assim, no contexto guineense, o conhecimento tradicional vem ganhando espaço no contexto científico e acadêmico a partir de alguns documentos oficiais do Estado que incentivam a sua prática e aplicação na questão de proteção do meio ambiente. Como no caso da Lei de Bases do Ambiente<sup>2</sup>, no artigo 5º, inciso “k” faz referência à gestão comunitária e conhecimento tradicional, que salienta a promoção de práticas das comunidades locais, baseado nos conhecimentos tradicionais que valorizam e protegem os componentes do meio ambiente em termos de conservação e preservação.

Também, no mesmo documento, no seu artigo 38º realça a importância da participação das comunidades locais e uso correto de seus conhecimentos e capacidades humanas, com os quais o órgão encarregado pela área do meio ambiente é obrigado a elaborar um grupo de agentes de inspeção comunitária, assim como a participação efetiva das comunidades locais detentoras de conhecimentos tradicionais na definição de políticas e gestão dos recursos naturais.

O reconhecimento destes saberes a nível político-institucional e jurídico nos oferece pistas decisórias para investigar, neste estudo, o papel do conhecimento endógeno do grupo étnico

---

<sup>2</sup>É um instrumento jurídico, que comporta disposição de proteção dos recursos naturais e dá garantia para sua utilização e gestão racional, resultando assim na correta intervenção da administração pública nos assuntos ambientais na Guiné-Bissau.

Balanta Quintoé na proteção do meio ambiente na Guiné-Bissau. Considerando que o país tem enfrentado, nos últimos anos, debates sobre a exploração de recursos naturais, especialmente, florestais, bem como o aumento na demanda pelo corte de árvores. Acredita-se que essa intensa exploração tem contribuído para reações adversas do clima, manifestadas tanto por meio das mudanças climáticas quanto por outros desastres naturais (Indjai, 2015).

Neste trabalho, será realizada uma revisão conceitual sobre Conhecimento Tradicional, Ambiente, Preservação e Conservação. Ao longo deste projeto de pesquisa, serão discutidas questões e contextos referentes ao meio ambiente e à biodiversidade da Guiné-Bissau, além de uma breve análise histórica dos problemas ambientais no país, abordando dois períodos: o anterior à independência e o pós-independência da Guiné-Bissau.

Ainda, será feita uma contextualização do grupo étnico Balanta Quintoé, explorando sua origem, organização social e visão de mundo que de acordo com alguns autores como Semedo (2015), o histórico sobre surgimento deste grupo étnico possui versões a primeira é mais antiga onde constatou que eles são frutos de junção conjugal de dois grupos étnico: homens Beafadas e Mulheres Pepel. Este grupo étnico tem a uma forma de organização social horizontal, ou seja, sem-Estado, mas dois órgãos comunitárias constituídas por homens velhos e mulheres casadas que decidem as normas da comunidade. Enquanto à visão do mundo, este grupo étnico se considera parte da natureza o que os leva a ter um comportamento harmônico com o meio em todas as suas práticas junto a ele de modo a não causar danos que podem resultar em seu próprio crescimento. Assim, espera-se, no futuro, identificar e documentar os conhecimentos tradicionais dos Balanta Quintoé relacionados à proteção ambiental na realidade guineense, explicando como esses saberes se concretizam na prática em prol da preservação ambiental no país.

## **2 PROBLEMATIZAÇÃO**

É perceptível que os problemas ambientais têm se tornado cada vez mais sérios e preocupantes em nossa sociedade atual. Desde a emissão de gases-estufa, exploração dos recursos naturais, desmatamento, má gestão dos resíduos e outras ações antrópicas que têm impacto negativo no meio ambiente<sup>3</sup>. Na Guiné-Bissau, especificamente na região de Oio (Norte do país)

---

<sup>3</sup>Conforme aponta o pesquisador Vladimir Indjai (2015, p. 1) sobre a situação na Guiné-Bissau: A exploração de ecossistemas (madeira, cibe e lenha) florestais é feita sem medidas, obrigando dessa forma sobre exploração dos recursos e a degradação das florestas. Essas explorações ao longo dos anos têm vindo a criar problemas ambientais sobre diversas formas, nomeadamente a irregularidade das chuvas, aumento da temperatura, ameaça de seca e desertificação, sobretudo na zona leste do país, entre outros.

cujo desmatamento proporcionou a perda de 21 hectares de sua floresta primária úmida, que representa 0,19% de sua total perda de cobertura arbórea, durante o ano de 2012 a 2023. Nesses períodos, a área florestal primária úmida de Oio reduziu a 4,7% (Global Forest Watch).

Perante esse fato, a necessidade da interdisciplinaridade e da aplicação de diversos conhecimentos se faz necessária no que diz respeito à procura de soluções sustentáveis para fazer face a esse problema. Sendo assim, como a Guiné-Bissau é um país rico em biodiversidade e possui um mosaico cultural e linguístico bem diversificado, resultado dos vários grupos étnicos que habitam esse território: Fulas; Mandingas; Pepel; Manjaco; Beafada; Mancanha; Balanta Mané; Nalu; Saracule, Sosso e os Balantas. Os balantas se trata de um grupo social étnico que tem ramificação no seu interior, particularmente do ponto de vista cultural e tradicional. Sendo que Balanta Quintoé é uma parte dessa ramificação. Ele possui uma forma diversificada de lidar com o meio ambiente através dos seus conhecimentos e experiências junto ao meio ambiente.

Porém, conhecimento tradicional não tem reconhecimento e incorporação nas políticas de preservação e proteção ambiental:

[...] a África subsaariana, há comunidades rurais baseadas num modo de vida tradicional que, embora preservem e atualizem as suas práticas ancestrais, têm sido alvo de uma avaliação negativa por parte de especialistas que atuam na construção de diagnósticos de vulnerabilidade diante o contexto de mudanças climáticas (Santy; Valencio, 2017, p. 36).

Contudo, segundo Barros (2017), os grandes avanços e desenvolvimentos alcançados no campo ambiental na Guiné-Bissau, resultam da valorização dos saberes tradicionais deixados pelos ancestrais e que ainda permitem a salvaguarda do património natural que o país tem atualmente. Isso mostra que os conhecimentos tradicionais vêm desempenhando um papel importante na proteção ambiental na Guiné-Bissau, embora “a institucionalização e centralização das políticas ambientais por imposição de estratégias dessa política mostram-se medidas ineficazes para atingir os objetivos socioecológicos estipulados como metas para o desenvolvimento sustentável” (Sanó, 2017, p. 16). Dessa forma, as políticas ambientais se traduzem em objeto de tensão, especialmente quando postas em confrontação com as comunidades locais, as quais possuem uma outra gramática ambiental.

Posto isto, o desenvolvimento do seguinte trabalho é impulsionado pelas seguintes questões: como o reconhecimento do conhecimento endógeno pode contribuir na preservação e conservação do meio ambiente? Em outras palavras, postulo que nas zonas rurais, as comunidades locais têm uma ligação intrínseca com a natureza - como parte deles; portanto, de que modo tais

ações de gestão ambiental endógena ajudam na preservação desses territórios? Ainda, intenciono refletir sobre os tipos de desafios confrontados na incorporação e promoção dos saberes tradicionais e endógenos na proteção do meio ambiente, especialmente quando confrontados com saberes hegemônicos e institucionalizados.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

- Identificar e documentar os tipos de conhecimentos endógenos relacionados à preservação do meio ambiente, existentes entre as comunidades guineenses dos Balanta Quintoé.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Analisar as práticas tradicionais e os métodos de conservação ambiental derivados do conhecimento endógeno praticados pelas comunidades locais dos Balanta Quintoé;
- Investigar a eficácia e os desafios enfrentados na aplicação do conhecimento endógeno dos Balanta Quintoé para proteger o meio ambiente na Guiné-Bissau;
- Avaliar como as políticas governamentais e intervenções externas afetam conhecimento endógeno dos Balanta Quintoé na proteção ambiental.

### **4 HIPÓTESE**

H<sup>1</sup> em meio às comunidades da Guiné-Bissau, o conhecimento endógeno desempenha um papel significativo na preservação do meio ambiente, manifestando-se através de práticas tradicionais de conservação e estratégias de uso dos elementos naturais.

H<sup>2</sup> A integração efetiva desse conhecimento nas políticas de conservação ambiental pode resultar em abordagens mais holísticas e sustentáveis para a proteção do meio ambiente, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas locais e o bem-estar das comunidades.

H<sup>3</sup> O Estado da Guiné-Bissau não apresenta estratégias de valorização dos saberes e ações voltadas à promoção do conhecimento endógeno sobre a proteção da natureza no país.

### **5 JUSTIFICATIVA**

O interesse sobre esta temática partiu da necessidade de elaborar um projeto para obtenção de nota na disciplina de Metodologia da pesquisa Interdisciplinar em Humanidades, embora o curso proporciona pouca discussão sobre os assuntos ambientais, mesmo assim decide desenvolver um trabalho acerca do papel de ONGs que trabalham com comunidade tradicional detentoras de

saberes tradicionais em prol de proteção ambiental na Guiné-Bissau. Desse modo, comecei a procurar ler mais sobre os saberes tradicionais e indígenas voltadas à proteção da natureza.

Depois que surgiu a necessidade de desenvolver um trabalho para obtenção de título Bacharel no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, escolhi trabalhar sobre os conhecimentos dos Balanta Quintoé na proteção do meio, do qual considero que é mais que uma necessidade de elaborar um trabalho para finalizar o curso, mas seria também uma forma de voltar às minhas origens para conhecer melhor o meu grupo étnico e os nossos saberes que ao longo dos tempos foram negados, porque é considerado que não faz parte do universo científico.

Tendo em conta a falta de literatura sobre esta temática no contexto guineense, considero que este trabalho servirá de embasamento teórico para apoiar futuros trabalhos sobre proteção ambiental e da importância que os conhecimentos tradicionais desempenham na proteção meio ambiente, contribuir para o debate, a conscientização social e a produção científica sobre os assuntos ambientais em meu país, Guiné-Bissau. Esta escolha se fundamenta em cinco razões distintas, a saber: Sociais, Acadêmicas, Científico, Ambientais e Político. No que concerne às razões sociais, esta pesquisa almeja contribuir para a conscientização da população da Guiné-Bissau, sobretudo do grupo étnico Balanta Quintoé acerca da importância da preservação ambiental e do papel que os conhecimentos tradicionais têm na preservação e conservação ambiental.

Quanto às razões acadêmicas, a realização deste estudo trará benefícios significativos para a educação ambiental, tanto no contexto formal quanto informal, ao conscientizar sobre o papel do conhecimento endógeno e promover mudanças de atitude e comportamento na sociedade acadêmica. Concernente às razões ambientais, este estudo incentivará atividades desenvolvidas pelas comunidades rurais para preservar os valores do conhecimento endógeno na gestão e conservação da natureza. Dada a visibilidade dos problemas ambientais na sociedade e a crescente urgência em enfrentá-los, esta pesquisa servirá como uma ferramenta educativa para conscientizar as pessoas sobre os impactos das ações humanas e como os saberes locais, ou seja, o conhecimento tradicional, pode contribuir para a preservação do planeta.

No âmbito político, servirá como um exemplar analítico para o Estado e os governos optarem por políticas públicas direcionadas às comunidades rurais detentoras de conhecimentos tradicionais, a fim de não perder esses valores. Além disso, esse trabalho, trará informações que poderão ser aproveitadas no contexto da educação ambiental, ou seja, com base no conhecimento tradicional relacionado à preservação ambiental, pode ser pensada o modelo para a implementação

de um sistema de educação ambiental diversificado, que abrange diversos conhecimentos sobre a proteção da natureza, com vistas à sua implementação em diferentes níveis escolares, do ensino primário/secundário ao superior.

Ainda, importante mencionar que esta pesquisa se inscreve em uma perspectiva de reversão de uma colonialidade do poder (Quijano, 1992), pois sabemos que o fim do colonialismo não significou o término da colonialidade. Todo o processo de dominação cultural, cuja hegemonia se centrava em saberes ocidentais, produziu discriminações. Houve um completo descarte das produções intelectuais indígenas e afro. Por isso que proponho um aprofundamento nos saberes endógenos dos Balanta Quintoé, com o intuito de promover uma descolonização epistemológica – uma forma de liberar os saberes que foram subalternizados e valorizar a heterogeneidade histórica desse grupo social.

## **6 REVISÃO DA LITERATURA**

Tornando o papel do conhecimento endógeno do grupo étnico Balanta Quintoé na proteção do meio ambiente na Guiné-Bissau como principal objetivo desse estudo, dedica-se esta abordagem como o principal guia para apresentar os aspectos que vêm sendo apresentados nessa segunda parte do trabalho, na qual abordamos sobre revisões conceituais de quatro categorias importantes: Conceito de Conhecimento Endógeno, Ambiente, Preservação e Conservação.

### **6.1 Revisão conceitual**

#### **6.1.1 Conhecimento Endógeno**

O conhecimento endógeno, conhecido também como conhecimento tradicional ou local, é fundamental da herança cultural de diversas comunidades ao redor do mundo. Esse saber, refere-se a um conjunto de informações desenvolvidas localmente, ou seja, são saberes construídos ao longo dos tempos por um determinado grupo social (populações tradicionais e povos indígenas) e, são transmitidos de geração em geração. O desenvolvimento desses saberes ocorre através da vivência, observação, experimentação e resultado dos processos junto à natureza (IPHAN).

Porém, segundo o mesmo autor, nem todo conhecimento tradicional está relacionado ao manejo e conservação do meio ambiente. Como o exemplo: o conhecimento relacionado à produção de rede ou renda são considerados conhecimentos tradicionais, mas não aqueles relacionados à preservação e conservação da natureza. Nesse caso, a parte específica do

conhecimento tradicional que se relaciona com a preservação e conservação do meio ambiente, para Santilli,

compreende as técnicas de gestão dos recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies, flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais (Santilli, 2005, p.133-134).

Para Leite e Almeida (2013) uso do conhecimento tradicional pelos seus detentores está também ligado às suas crenças, pois compreendem a utilização e o uso de plantas e animais com o objetivo de suprir as suas necessidades, também para afastar o que possa afetar a comunidade, isto é, no caso de doenças.

De acordo com os mesmos autores, o conhecimento tradicional é específico de um determinado grupo que o possui e serve de uso coletivo por todos os membros pertencentes a esse grupo. Ele é usado para bem de todos os integrantes da comunidade ou grupo, porém não é usado com o propósito de se lucrar ou de causar danos ao meio ambiente. O conhecimento tradicional associado à biodiversidade, o seu uso para o manejo da natureza vem acontecendo há séculos, perpassando de gerações a gerações.

O conhecimento tradicional possui uma característica específica diferente dos outros conhecimentos, assim como reforça Tarrega (2012),

No tocante aos conhecimentos tradicionais associados, além da insuficiência da regulamentação vigente para garantia de sua adequada tutela, pode-se concluir que eles se caracterizam pelo caráter comum, coletivo e compartilhado. O “comum” refere-se à impossibilidade de sua apropriação privada. O “coletivo” remete à forma de construção deles no âmbito das coletividades organizadas a partir de regras por elas mesmas construídas e legitimadas, afastada a possibilidade de fixação da origem desses conhecimentos em indivíduos isolados. O “compartilhado” tem como referência a ideia de que os conhecimentos tradicionais associados estão nas coletividades, nelas diluído de tal forma que é impossível a apropriação exclusiva, excludente (Tarrega, 2012, p. 53).

Portanto, assim como Tarrega, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1999, p. 156) também reconhece que os “saberes locais” não são meramente informações, mas uma combinação de pressupostos, formas de aprendizado, de pesquisa e experimentação”. Muitas são as possibilidades de nomeação, porém opto pela denominação “conhecimento endógeno”, embora reconheça que precisarei me distanciar de pressuposições que entendem a cultura (e os conhecimentos) como algo imutável.

### **6.1.2 O Ambiente**

O ambiente vem sendo conceituado de diversas formas, essas definições são frutos de diversas percepções e modo de interação com o ambiente. Em diversas circunstâncias já se ouviu falar do ambiente de trabalho, ambiente escolar, ambiente florestal, ambiente terrestre, ambiental urbana, ambiente rural e assim como outros. Segundo Piazero (2001), quando se trata de meio físico, o ambiente é definido como conjunto de ecossistemas naturais, dos quais podem ser terrestres, como florestas, matas, dunas, campos, montanhas e afins; ou aquático, como lagos naturais ou artificiais (represas), rios, mares pântanos e outros.

No entanto, a concepção dada ao ambiente pela Lei de Bases do Ambiente da Guiné-Bissau (2011) no seu artigo 3º é mais abrangente, uma vez que traz elementos como cultura, social e econômico e mostra a interação desses elementos e outros formando o ambiente. Assim, o Ambiente é definido como a interação de elementos físicos, químicos, biológicos e suas interrelações com fatores econômicos, sociais e culturais que afetam diretamente a vida dos seres vivos e a qualidade de vida humana.

Portanto, meio ambiente, de acordo com Lewontin, (2002, p. 54) é aquilo que cerca os indivíduos, “é a penumbra das condições externas que para ele são relevantes em face das interações efetivas que mantém com aqueles aspectos do mundo exterior”, trata-se de um espaço definido pelas atividades dos próprios seres.

### **6.1.3 Preservação e Conservação**

As palavras preservação e conservação são palavras que vêm sendo vistas amplamente como sinônimo há muito tempo, mas são conceitos diferentes. De acordo com Araguaia (2017) preservacionismo e conservacionismo são correntes ideológicas que surgiram nos Estados Unidos no fim do século XIX, contra o posicionamento do desenvolvimentismo que é uma concepção que defende o crescimento econômico a qualquer custo, isto é, sem se importar com os prejuízos que o desenvolvimento econômico possa causar ao meio ambiente e o esgotamento de elementos naturais.

Consoante a mesma autora, o preservacionismo defende a proteção do meio ambiente apesar do seu valor econômico e/ou utilitário e trata o ser humano como principal motivador do desequilíbrio. De uma forma clara, proteger propõe a criação de santuários intocáveis, protegidos

do progresso e da degradação, onde atividades como tocar, explorar, consumir e pesquisa são consideradas prejudiciais (Araguaia 2017).

Segundo Silva (2011), o preservacionismo ou preservação considera que tudo que foi descoberto ou encontrado em qualquer que seja espaço/áreas não podem ser retirados desse espaço e nem tocado, mas sim deve ser protegido para que as futuras gerações possam aproveitar também a natureza.

Enquanto o conservacionismo, para Araguaia (2017), demonstra o amor e respeito à natureza, contudo, defende o uso racional e a administração cautelosa dela pela espécie humana, tornando essa espécie como os principais gestores e partes integrantes deste processo. Com isso, pode-se perceber que a conservação é a proteção com uso racional da natureza através de manejo sustentável, mas com consentimento da presença do humano na natureza, mas de uma forma harmônica.

## **6.2 Importância Da Preservação Do Meio Ambiente Na Guiné-Bissau**

Nesta terceira parte, fazemos uma breve apresentação sobre o meio ambiente e biodiversidade da Guiné-Bissau, em seguida trazemos breve histórico de problemas ambientais na Guiné-Bissau, começando desde a invasão portuguesa até a data atual. Também mostramos como as instabilidades políticas vieram a refletir nos cenários ambientais.

### **6.2.1 Meio Ambiente e Biodiversidade**

A Guiné-Bissau é um país pequeno de 36.125 km<sup>2</sup>, localizado na costa ocidental africana. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao leste e ao sul com a República da Guiné Conacri, ao oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, há ainda a parte insular composta por mais de 80 ilhas, conhecida como Arquipélago de Bijagós, formando a região de Bolama Bijagós. O país é administrativamente dividido em 08 regiões e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, a capital. O país tem um número de habitantes superior a 1.5 milhão, esse número populacional é considerado igual a dois estados brasileiros; Alagoas e Sergipe (Biai, 2019).

A Divisão geográfica da Guiné-Bissau, do ponto de vista climático, parece ser coincidência a sua divisão em zonas costeira e continental; a parte costeira possui um clima do tipo sub-guineense úmido apresenta uma pluviometria anual entendida entre 1500 e 2500 mm.

Enquanto a zona continente, cujo clima Sudanês do qual apresenta uma pluviosidade situado entre 1000 e 1500 mm (DGDG, 2013).

O clima é tropical, úmido e quente, com duas estações: uma que é da chuva com começo no mês de maio e termina em novembro e a outra que é da seca que começa em dezembro e termina em abril (Cardoso, 2013). Entretanto, segundo Sony; Valencio 2000) os dados das autoridades da Guiné-Bissau, relatam a variação que está ocorrendo em termo climático, resultando na irregularidade do padrão normal conhecido sobre o clima, sobretudo nas estações da chuva e seca, porque a época chuvosa que se iniciava no mês de maio tem se prolongado bastante, passando a ter o início nos meados de junho a julho não mais no mês de maio como era de costume, com isso o período da seca tem se estendido bastante.

Enquanto a temperatura aumenta anualmente, o país registra 26,8°C com uma fraca dimensão térmica. Porém, a umidade acentuada chega a quase 70% e possui a influência do regime de vento pela pluviosidade assim como pela aproximação da costa (DGDG, 2015).

A Guiné-Bissau faz parte de duas coberturas geológicas principais: Mesozoica-Cenozóica e Paleozóica. A primeira engloba a zona costeira e a bacia sedimentar senegalo-mauritaniana, com formações recentes de sedimentos quaternários. A segunda é formada por rochas cristalinas como granitos, couraças velhas ferralíticas e couraças lateritas, presentes no planalto de Bafatá, peneplanícies de Gabú e colinas de Boé. Guiné-Bissau tem um relevo simples e pouco acentuado, com altitude máxima de 300 (Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2006).

Na parte litoral da Guiné-Bissau, podem ser avistadas diversas espécies raras tais como, tartaruga maniga, certos mamíferos aquáticos; como manatins, hipopótamos, lantras de face branca, golfinhos com corcunda, peixe-boi, bem como outras espécies particulares, como os crocodilos do Nilo e aves aquáticos (Helmer, 2012). Nesse mesmo espaço, podem ser avistados animais que só conseguem viver neste habitat específico, o que concede à região litorânea uma posição incomparável no contexto dos países que são considerados como megadiversos, tudo isso é graças ao mantimento das formas tradicionais de administração política dos territórios (Cardoso, 2013).

De acordo com Barros, Vaz e Cardoso (2013), vale ressaltar a relevância que o ecossistema marinho e litorâneo possui na vida dos habitantes que vivem nas áreas litorânea, dado que estes se aproveitam dos peixes e moluscos que são as principais fontes de proteínas em todo país, ocupando uma função importante para a economia e a segurança alimentar das populações.

Para os mesmos autores, é importante considerar também que o mangal (*taráfe*), ocupa total de 8% do território nacional, e desempenha um papel crucial, pois é o sítio no qual os recursos marinhos usam para procedimento de refúgio, alimentação, repouso, reprodução e crescimento. Além disso, o território da Guiné-Bissau, contém recursos florestais significativos; aproximadamente dois milhões de hectares com estilo de ecossistema diversificado, como florestas sub-humanas, galerias, secas, savanas e palmeiras (Guiné-Bissau, 2006).

Mais de metade do território da Guiné-Bissau é coberta pela floresta, desempenhando uma função importante no Produto Interno Bruto (PIB) do país com um valor de 13,7%. Os que residem nas áreas rurais, aproveitam alimentos, combustíveis (energia lenhosa) e objetos para construção de casa, através da flora. Por outro lado, as florestas são espaços para realização dos seminários sagrados ou culturais. Sendo assim, as florestas, além de serem benéficas ecologicamente, possuem funções socioculturais (Barros, Vaz e Cardoso, 2013).

### **6.2.2 Histórico de Problemas Ambientais na Guiné-Bissau**

A degradação ambiental na Guiné-Bissau teve progresso longínquo, remonta ao período da invasão portuguesa. Segundo Barros (2017), o modelo colonial teve o seu crescimento à custa dos territórios ocupados, nos quais exploraram os recursos naturais e exterminaram as culturas e tradições locais, fazendo com que essas regiões passassem a viver na precariedade.

O período colonial foi caracterizado por uma exploração desenfreada de alguns recursos naturais e sobretudo dos recursos da biodiversidade. É assim que nesse período com a monocultura da manca os solos de Bolama e Quinara foram completamente degradados, enquanto se assistia a uma exploração desenfreada dos recursos florestais, facto que é marcado não só pela existência de inúmeras serrações que datam desse período, como também pelo desaparecimento das florestas primárias que caracterizaram as paisagens guineense. À título de exemplo a ilha de Bolama, onde se localizava a antiga capital da então Guiné-Portuguesa, era caracterizada na viragem do século pelas suas florestas e pela presença de animais tais como o elefante, que hoje é considerado uma espécie quase extinta na Guiné-Bissau. Isso para não falar das outras regiões (MDRA-RN, p. 05, 1997).

O confronto de libertação por mais que tenha interrompido o processo de destruição e exploração dos recursos naturais, de certa forma, contribuiu bastante para degradação de outros. Porque no período guerra colonial, o efeito de bombas sobre as florestas, com a finalidade de expulsar os soldados que lutavam pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e para descobrir as suas posições e as movimentações que se faziam dos armamentos no cenário da luta,

não só causaram a fuga de determinadas espécies da fauna terrestre, mas também tornaram essas áreas inapropriadas de usos e nem para serem habitadas. Por causa disso, algumas áreas ficaram totalmente estéreis por causa dos efeitos das bombas, e outras não estão mais em condições para serem usadas (MDRA-RN,1997).

Dessa maneira, este período foi marcado pela decomposição e destruição extrema do meio ambiente através das bombas e dos armamentos de alto calibre usados no conflito entre tropas de Partido pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde e exército colonial português (Barros, 2017 *apud* Jau, 2022).

Com a independência, isto é, apesar da Guiné-Bissau ter ficado independente, não houve muita alteração quanto às questões ambientais no país, ainda que o país tenha sido atingido pela seca extrema na década de setenta. Na mesma altura, começaram com reabilitação das infraestruturas básicas que foram destruídas durante a guerra e promoveram a criação de algumas indústrias básicas, mas sem levar em conta as preocupações ambientais (MDRA-RN, 1997).

### **6.2.3 Instabilidades Políticas como fator de crise ambiental na Guiné-Bissau**

Ao longo dos anos, a Guiné-Bissau viveu momentos políticos indesejáveis, marcados por constantes golpes de estado e militar que, por sua vez, não possibilitaram que nenhum governo cumprisse o seu mandato desde as primeiras eleições partidárias de 1994. Efeito dessas causas se faz sentir também no setor ambiental, o qual tem sofrido com explorações desenfreadas dos elementos naturais, desmatamento ilegal e outras formas da extração dos recursos naturais por causa da falta de fiscalização.

Segundo o mesmo autor, essa constante instabilidade política que vem acontecendo ao longo dos anos torna-se um marco na degradação ambiental na Guiné-Bissau, sobretudo entre os anos de 2012 a 2014, nos quais se fez assistir a um grande processo de exploração dos elementos naturais. Nesse exato período que acontece o ápice do desmatamento na Guiné-Bissau (Indjai, 2015).

Os golpes militares e as instabilidades políticas comprometeram no melhor funcionamento das instituições estatais, também atrapalham os apoios que órgãos ambientais recebem dos parceiros internacionais dado que o Estado guineense sempre enfrenta falta de recursos.

Consoante o mesmo autor, também interferiram em grande parte dos projetos e programas que estavam sendo criados para a melhoria das questões ambientais, justamente intervém na

aplicação desses projetos e programas. Como exemplo, no ano de 1997, havia projeto de criação de parques nacionais marinhos, mas por razões de instabilidades políticas e golpes militares, só vieram a serem postos em prática no ano 2000. Com isso pode ser percebido o quão prejudicial são as instabilidades que acontecem no país (Batillon, 2018).

As ações desse tipo afetam a boa qualidade e funcionamento das instituições do Estado, que como consequência, causam insegurança, assim como a falta de comprometimento e responsabilidade que os órgãos estatais assumem para proteger e salvaguardar os recursos naturais da Guiné-Bissau. Por causa disso, abre-se a oportunidade para que os atores internacionais possam explorar os recursos naturais. Tendo como exemplo, o golpe de Estado de 2012 e as tensões políticas, foram um dos marcos primordiais no processo de exploração excessiva dos recursos naturais na Guiné Bissau (Jau, 2022).

Durante esse período, as áreas afetadas pelo derrube das árvores, são aqueles territórios que conseguem albergar ainda as manchas florestais existentes no país, dentre elas destacam-se regiões de Cacheu (setor de Canchungo); Oio (setor de Farim, Mansabá e Bissorã); Bafatá (setor de Contumbel, Bambadinca, Galomaro, Ganadu e Xitole); Gabu (setor de Pitche); Tombali (Quebo e Catió). Além destas áreas, a extração de madeiras acontece também em algumas áreas protegidas.

Segundo o mesmo autor, com essa explosão na desflorestação na Guiné-Bissau, as florestas correm riscos de não regenerarem, tanto quanto a perda da biodiversidade, e como consequência colocaria em risco as comunidades locais que necessitam dos recursos ecossistêmicos para as suas subsistências, também afetaria bastante a economia do país (AVAAZ, 2015).

É racional compreender que a Guiné-Bissau enfrenta sérios problemas ambientais, não só aqueles ligados à exploração dos recursos naturais, mas também aqueles ligados à gestão de resíduos sólidos na capital (Bissau), resultado da falta de uma regulamentação, má forma de gerenciamento dos custos e fiscalização dos serviços, falta de programas voltados à conscientização da população sobre os efeitos nocivos que resíduos sólidos podem causar ao ambiente e saúde humana (Duarte, 2013).

Também, o que tem causado esses diversos problemas ambientais que o país enfrenta, seria nada mais que a falta de recursos como gás e eletricidade que condicionam a população a explorar os elementos naturais, também a falta de saneamento básico e a má forma de fazer gestão dos resíduos que contribuem para a poluição do ambiente com bactérias e outros efeitos nocivos sobre o meio ambiente (Biai, 2019).

Uma vez que a maioria da população depende dos elementos naturais para a sobrevivência, se torna necessário obter uma forma eficaz para a preservação e conservação dos recursos naturais, assim como um planejamento adequado que possibilite o cumprimento de leis ambientais e um programa de conscientização da população para que possam adotar medidas sustentáveis a fim de esses recursos podem servir para as gerações presentes como para gerações futuras (Júnior, 2018).

Para isso, em 2004, foi aprovado o plano nacional sobre meio ambiente que inclui gestão de reservas, áreas protegidas e a criação de Instituto da Biodiversidade (IBAP) juntamente com a elaboração e execução de um programa nacional de gestão da biodiversidade nas áreas costeiras, mas a aprovação é considerada tardio porque só veio a ser aprovado trinta anos depois da independência, o que permite a Guiné-Bissau cumprir as obrigações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada na cimeira de Rio de Janeiro, em 1992. Torna perceptível que o país tem demorado bastante na efetivação de leis e políticas voltadas à proteção e conservação ambiental (Cardoso, 2013).

Portanto, para conservação e gestão da natureza, tanto quanto a criação de política do meio ambiente em diversos âmbitos pertencente ao poder público, a Guiné-Bissau possui instituições do governo que desempenham estas funções, algumas delas são: Ministério dos Recursos Naturais, da Energia, das Obras Públicas, da Educação, da Agricultura, do Comércio, Floresta, do Turismo, Secretaria de Estado das Pescas, dos Transportes, Câmara Municipal de Bissau (BIAI, 2019)

### **6.3 Breve Histórico Sobre A Origem Dos Balantas (Brassa)**

Neste tópico falaremos, de forma resumida, sobre o processo histórico da origem da etnia Balanta, que por sua vez contém duas versões; também falaremos sobre a construção da sua identidade. Mais à frente mostramos a forma da organização política da sociedade Balanta (Brasa) e sua visão do mundo.

#### **6.3.1 Descrição sócio-histórica e Identidade de povo Balanta (Brassa)**

A história da origem do grupo étnico Balanta possui duas versões, uma é mais remota e a outra contemporânea. Na primeira versão, segundo Semedo (2015), os Balanta são descendentes de uma fusão conjugal entre os grupos étnicos Biafada e Papéis. Segundo o mesmo autor, para explicar esse fato na versão de tradição oral, demonstra que os Balantas da região de Nhacra descendem de um elo de mulheres papéis com homens Beafada levadas a efeito nas localidades de Dugal, isto é, segundo Cammerlli (2010, p. 15 *apud* Siga, 2015, p. 23):

[...] a tabanca conhecida como DUGAL, que fica situada no Norte do país, na região de OIO, entre o sector de NHACRA e MANSOA, a aproximadamente uns 50km da capital BISSAU, era chamada de NHACRA. Mas um caçador BIFADA (nome dum grupo étnico da Guiné-Bissau), da região de Quinara, resolveu ali ficar, uma vez que lhe acolheram bem e o terreno era propício para a caça e o cultivo. Com a sua instalação o lugar tomou o nome de DUGAL, que significa, na língua bifada, “hóspede”.

Segundo o mesmo autor, por outro lado os papéis que são da ilha Bissau, tinham falta de alimentos, o que levou as suas mulheres a viajar à procura de alimentos, nessas viagens foram em direção a Nhacra com a finalidade de encontrar alimentos, e chegaram à localidade de Dugal, como o lugar era propício, decidiram fixar ali e com o tempo a aldeia começou a crescer tanto em populações, assim como em termos da agricultura. A partir desse momento, esse lugar tornou-se um grande centro de um povo, isto é, os Brasa (Balanta).

Entretanto, consoante Semedo (2015) essa lenda não limita que os estudiosos reconhecem semelhanças entre Balantas e os Etíopes do Oeste, incluindo características Bantus e semelhanças linguísticas.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, a segunda versão do surgimento do grupo étnico Balanta é a mais próxima do período contemporâneo, na qual mostra que o povo Balanta migrou para a Guiné-Bissau, fugindo da seca e da guerra no interior da África, entre os séculos X e IX D.C. Já no século XIX, se espalharam pela região para resistir à expansão do reino de Gabu. Foi a partir dessa resistência que o nome Balanta surgiu que na língua Mandinga o termo é *ebalante* significando os que não se rendem aos outros.

O termo Balanta em linguagem “mandingo” exprime-se com: ebalanta. Decompondo este vocábulo obtém-se: E (eles), -bala (negar), -nta (morfema repetitivo) = eles continuam a negar, a recusar, a revoltar-se; logo os rebeldes, os indomáveis e os refractários. (Cammilleri, p.15, 2010) Esse fato se deve pelo poder que os Mandingas detinham por causa do império de Mali que controlava uma boa parte da atual Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Senegal, Mali e Gâmbia que posteriormente criou o Reino de Gabu (Tamba, 2023.p 60).

Portanto, consoante o mesmo autor, o nome Balanta é usado pelos outros povos da Guiné-Bissau, mas de uma forma pejorativa, até no ponto que o nome se adapta, e foi codificado pela escrita. “Os balantas autodenominam-se de brassé ou brassa que significa (na língua balanta quintoé) “os que continuam a ser/existir”, pois em balanta o termo *rass* ou *tik* remete a continuação, a permanência, autenticidade” (Timbane; Freitag, 2023, p. 60).

O grupo étnico Balanta representa 30% da população da Guiné-Bissau (Brasa) é grupo étnico majoritário no país. No seu tronco existem Balanta Patche, Balanta Nhacra, Balanta

Quintoé<sup>4</sup>, Balanta Naga, Balanta Mané e Balanta Damé (Siga, 2015). Apesar de pertencerem a um mesmo tronco, estes ramos do grupo étnico não são homogêneos, pois entre eles pode ser verificado uma pequena diferença cultural, nos traços linguísticos próprios, nas práticas sociais (Semedo, 2015).

### **6.3.2 Organização sociopolítica da etnia Balanta (Brassa)**

Na Guiné-Bissau, os Balantas possuem uma estrutura organizacional colegial horizontal e democrática, isto é, sem-Estado, mas com dois Órgãos comunitários, que são: o primeiro é composto por Conselho de Anciões e a segunda pelas mulheres casadas. Essa forma organizacional democrática é diferente de outras sociedades étnicas que seguem uma hierarquia vertical com um líder regulado (*regulo*) (Sia, 2016).

O exercício e controle da vida social e produtiva da sociedade são decididos em assembleia por homens poderosos chamados "Lanté n dan", que opinam sobre normas sociais, religiosas, econômicas, jurídicas e políticas do grupo. Para fazer parte do colegiado "Lanté n dan", é necessário passar pelo ritual de iniciação chamado fanado, considerado a instituição política mais poderosa e reguladora da dinâmica social e do poder pela sociedade e analistas (Semedo, 2015).

Por outro lado, o conselho de Anciãs, elas discutem sobretudo as questões relacionadas a elas, das quais organizam uma assembleia a fim de decidir uma sentença. Como por exemplo, se uma mulher ter feito uma prática nefasta, ela é submetida ao processo de julgamento no qual só cabem às Anciãs sem interferência dos Anciões (Sia, 2016).

O seguinte sistema de poder criado pelos Balantas (Brasa), não se centraliza numa só pessoa ou um grupo familiar específico, contudo, esse sistema de poder permite a participação de todos os chefes de família de modo a garantir colaboração e união de todos no grupo (Cammilleri, 2010).

### **6.3.3 A concepção do mundo na perspectiva africana (Balanta)**

O povo africano possui uma forma particular de ver e entender o mundo e as coisas que nele estão, dos quais são vistas como parte dele mesmo, ou seja, existe uma relação indissociável entre humano e natureza na realidade africana. Segundo Domingos (2011), na cultura africana

---

<sup>4</sup> Consoante Siga (2015), mostra que os Balantas Quintoé e de Nhacra são as duas maiores ramificações, contudo, o Quintoé é o a ramo central, no qual os outros se originam. Em uma entrevista feita com um lanti ndan (ancião), ele afirma que os Balantas Quintoé é a pedra fundamental, onde os outros se originam, pois ele tem um imenso poder concernente as atividades ligadas à tradição, como por exemplo as grandes manifestações Quinsundeé, Cantapo e Fanado.

existe laço harmônico entre os seres humanos e a natureza, um dos fundamentos que sustenta essa forma de viver do africano é a participação ou comunhão profunda com a natureza.

Essa forma de viver africano é muito diferente da forma ocidental de se viver no sentido geral, no qual o principal plano é transformar a natureza para o seu benefício; o capital e o poder econômico a todo custo. A grande finalidade de tudo isso, nesse sentido utilitário, é para impor a superioridade e realçar o status social na sociedade, mesmo não tendo os meios necessários, mas com ideia de vencer mesmo sem ter razão.

De acordo com o mesmo autor, o projeto maior da vida sob entendimento africano é encontrar o equilíbrio e harmonia entre humano e a natureza no universo. Apesar da modernidade ter trazido uma série de transformações e modificações nas relações do humano e a natureza, o africano sempre procura preservar as suas relações com a natureza. Essa relação trata-se de uma dimensão relacional de humano/natureza na sua individualidade e coletividade integrada.

Diante do exposto, a cultura africana pode nos permitir entender de que forma é viver a relação do próprio do ser humano com a natureza, ao contrário da visão eurocêntrica cujo o ser humano é tido como denominador ou conquistador da natureza. Na concepção africana, existe um respeito mútuo entre o ser humano/natureza e um relacionamento recíproco a fim de manter o equilíbrio do universo que se o humano africano se dissocia da natureza, resulta no obstáculo no seu desenvolvimento (Siga, 2015).

Por causa desse valor que o africano (Balanta) atribui à natureza, tem contribuído significativamente nas suas relações com o meio, em qualquer que seja suas ações junto à natureza, faz de tudo para não causar danos e tenta solucionar problemas como Cammilleri vai indicar as práticas de produção de arroz em África e sobretudo as técnicas adaptadas por Balantas para a prática de cultivo de arroz.

Segundo Cammilleri (2010), os sistemas de cultura de arroz, orixá sativa, são tradicionalmente dois: o de saqueiro e o de terreno alagado, quer por irrigação da água das chuvas, assim como pelo aproveitamento da água das chuvas. No caso da Guiné-Bissau, que é um país que carece dos rios de água doce, os camponeses possuem técnicas de adaptar as características que combinam com os territórios.

Consoante o mesmo autor, existem três formas que os camponeses adaptam de acordo com os lugares na Guiné-Bissau: um dos sistemas é o de saqueiro, consiste na corte, queima, limpeza e lavra de uma parte da mata, na qual é jogada a semente do arroz no início da época da chuva. O

outro sistema é moderno, no qual se faz uso de terreno distante dos rios, o espaço é irrigado com águas dos rios através da introdução de máquinas que permitem o aproveitamento das águas dos rios, assim como aquelas acumuladas depois das chuvas.

Já a terceira forma adaptada é o de arrozal em água salgada, é realizada num espaço chamado “bolanha”. Essa forma é utilizada universalmente pelos Balantas, séculos antes da invasão dos europeus. O processo da realização dessa forma adaptativa, inicia com a definição de um espaço particular e isolamento desse mesmo sítio que servirá de “bolanha”. Mas, de acordo com os costumes dos Balantas, coincide com o lugar ocupado pelas águas salgadas, onde isolam o lugar que é futuro “bolanha”. Nesse espaço constroem um enorme dique (grufa) de centenas de metros de comprimento, dois de altura e um de largura que é formado de terra argilosa reforçada com paus que as suas partes superiores também servem de passagem (caminho).

Portanto, segundo Semedo (2015) são cortados as árvores e o mangal (*tarafe*) do sítio isolado. Após a chegada da chuva deixa-se levar o terreno, com isso, acontece o processo de dessalgação e de três a quatro anos, o terreno, isto é, “bolanha” já se encontra em perfeita condição para ser cultivado, embora a produção esperada só aparece após sexto ano do serviço, isto é, a seis anos depois. Após de tudo isso, consoante Cammilleri (2010):

O arrozal salgado (em crioulo, bolanha) resolve problemas perfeitamente os seguintes problemas: drenagem de excesso ácidos presentes no solo, eliminação da toxicidade devida a presença excessiva de ferro no solo, lavagem constante do sal presente no terreno, manutenção de um alto nível de fertilidade sem a necessidade de adubos químicos ou fertilizantes e retenção da água das chuvas nos regos suprindo as possíveis interrupções das chuvas.

Nessa perspectiva, compreende-se que essa forma adaptada pelos Balantas através dos seus conhecimentos sobre a agricultura, pode resolver diversos problemas ambientais.

## 7 METODOLOGIA

Quanto ao procedimento metodológico, utilizaremos o método de pesquisa qualitativa de caráter exploratório. A pesquisa qualitativa, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. (Gerhardt; Silveira, 2009). E quanto à pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), ela apresenta como finalidade facilitar pesquisador/a familiarizar-se com o assunto a ser pesquisado de modo a torná-lo mais compreensível ou a fim de construir hipóteses. Ou seja, este tipo permite ao pesquisador desenvolver as suas ideias ou descobrir as suas intuições.

No que se refere às técnicas para recolher dados, nessa primeira etapa trabalharemos com a pesquisa bibliográfica de alguns trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertação, *sites* da Internet já feitos sobre o mesmo assunto a ser pesquisado e alguns que tenham proximidade. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002) é construída com trabalhos já feitos (livros ou partes de um, textos, artigos, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos e entre outros) mas que se relacionam com o problema de pesquisa que o pesquisador deseja trabalhar. Em seguida, na etapa posterior, realizaremos as entrevistas com líderes comunitários, membros mais antigos das comunidades e com representantes das ONGs que trabalham junto às comunidades tradicionais da etnia Balanta.

Para compreendermos melhor a noção da entrevista, dialogamos com Gil (2008) que vem nos mostrando que a entrevista é uma das técnicas usadas na pesquisa qualitativa para coleta de dados junto ao entrevistado, isto é, nesse processo o entrevistador se apresenta ao entrevistado, fazendo a ele pergunta a fim de conseguir informações que lhe interessam para a sua pesquisa. Sendo assim, a entrevista apresenta-se como uma forma de relação social, contudo, essa interação apresenta de forma assimétrica, dado que uma parte busca captar informações e a outra fornecê-las (Gil, 2008).

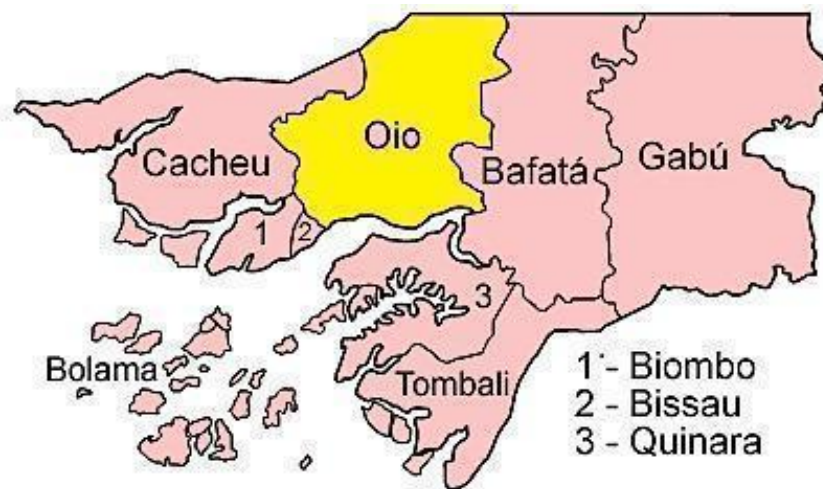
O processo de entrevista terá espaço na pesquisa de campo que faremos posteriormente. Segundo (Lakatos e Marconi, p.186), a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir fenômenos e as relações entre eles.

Portanto, no processo de análise documental e organização dos mesmos, daremos prioridade aos documentos que falem sobre o assunto a ser pesquisado que é o papel do conhecimento endógeno do grupo étnico Balanta Quintoé na preservação do meio ambiente, também os registros que relatam sobre meio ambiente e formas tradicionais de preservação e conservação ambiental.

## **7.1 Contextualização do campo de pesquisa**

A região de Oio situa-se no Norte da Guiné-Bissau (figura 2). Ela faz parte das oito regiões que compõem o país, ocupando um território de 5 503,4 km<sup>2</sup> e com uma população de 215, 259 habitantes que corresponde a cerca de 14,9% da população da Guiné-Bissau. Esta região é formada por 803 tabancas (aldeias) e 5 cinco setores administrativos a saber: Mansoa, Mansabá, Bissorã, Farim e Nhacra (figura 3), sendo o terceiro a capital da região.

**Figura 2:** Mapa da Guiné-Bissau com destaque da região de Oio



Fonte: Luis Graça (2017).

**Figura 3 -** Destaque em círculos vermelhos, os cinco setores administrativos que compõem a região de Oio.



Fonte: África turismo (2021).

O território da região é habitado maioritariamente por Balantas e Mandingas, os outros grupos étnicos, são os Fulas que se encontram sobretudo nos setores administrativos de Farim,

Mansabá e Mansoa. A média etária da população de Oio é de 17 anos, portanto mais de 50% da população tem menos de 30. Isso se justifica pelo aumento da densidade populacional por km, que em 1991 marcava 28,7 e no ano de 2009 subiu para 39,8. Vale enfatizar que 87% da população da região de Oio vive nas zonas rurais (UCCLA, 2019).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AFRICA TURISMO, Guia Geográfico. Mapa Político da Guiné-Bissau. 2021

ARAGUAIA, Mariana. Preservacionismo/Conservacionismo: A busca da sustentabilidade, 2017. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/preservacao-ambiental.htm>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ARAÚJO, Helmer. **O livro na rua**. Thesaurus Editora de Brasília, 2012.

AVAZZ. **Parem imediatamente o tráfico de madeira na Guiné-Bissau**, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/25aaf666>. Acesso em: 09 abr. 2024

Barros. R. A.; VAZ. C. A.; CARDOSO. L. **Manual Sobre Ambiente e Conservação**, UE-PAANE – Programa de Apoio aos Actores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvimentu. abril de 2013.

BIAI, Nem. **Educação ambiental na Guiné-Bissau: contrastes entre a realidade e a percepção dos problemas ambientais pelos Guineenses**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3819>. Acesso em: 01 maio 2024.

TAMBA, Pansau. A língua e a cosmovisão: um estudo comparado entre o inglês britânico e o balanta quintoé da Guiné-Bissau. *In*: TIMBANE, Alexandre António; FREITAG, Raquel Meister Ko (Org). **As línguas africanas e o português na África lusófona: reflexões, descrições e políticas de ensino**. 2023.

CAMMILLERI, Salvatore. **Identidade cultural do povo balanta**. Lisboa: Colibri, 2010.

CARDOSO, Augusto. Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. **Rev. Bras. Adm. Pol**, v. 6, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/4yycuadf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: [http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao\\_01.pdf](http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_01.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

CORREIA JUNIOR, Antonio. **Zoneamento ambiental e funcional do baixo curso do Rio Cacheu/Guiné-Bissau: subsídios ao planejamento territorial**. 2018. Universidade federal de rio grande do sul. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34496>. Acesso em: 14 fev. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, 13(36), 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIREÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DURÁVEL, **Estratégia Nacional de Comunicação em Matéria de Intercâmbio de Informações sobre a Biodiversidade na Guiné-Bissau 2015-2020**. Bissau, 2015.

DOMINGOS, Luís Tomás. A visão Africana em relação à natureza. In: Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH – Questões teórico- metodológicas no estudo das religiões e religiosidade, 3. **Anais**: Maringá (PR), v. III n.9, p. 1 -11 jan. 2011.

DUARTE, Ézio Almir Hopffer Joaquim Delgado, et al. **Contribuição para a organização e planejamento do sistema de gestão dos resíduos sólidos no município de Bissau, Guiné-Bissau**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125095>. Acesso em: 09 abril 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 05 maio 2024

GIL, António Carlos. **Todos os técnicos de social**. São Paulo: Editora Atlas. S.A, 2008.

GLOBAL FOREST WATCH. **Guinea-Bissau Deforestation Rates & Statistics**. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/GNB?category=undefined>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GUINÉ-BISSAU. **A Lei de Bases do Ambiente**. Decreto Lei nº 1/2011, República da Guiné-Bissau. 2 de março de 2011.

IBAP-INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Estratégia Nacional Para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau 2014-2020, Bissau 2014**. Disponível em : <https://ibapgbissau.org/estrategia/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

INDJAI, Vladmir. **Plano de Comunicação e Educação Ambiental para a Guiné-Bissau**. 2015. Disponível em : <36074.pdf> (up.pt). Acesso em: 01 maio 2024.

IPHAN. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. **Perguntas frequentes sobre CTA**. Disponível em: [Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](Página_-_IPHAN_-_Instituto_do_Patrimônio_Histórico_e_Artístico_Nacional). Acesso em: 08 fev. 2024

JAU, Mussa. A China e a extração abusiva e ilegal de madeira na Guiné-Bissau (2012-2014): uma análise crítica da relação sino-guineense. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3021>. Acesso em: 14 fev. 2024.

- LEITE, Carla Vladiane Alves; ALMEIDA, Pedro de Paula Lopes. **O conhecimento tradicional associado à biodiversidade: a proteção jurídica como valor essencial para a economia brasileira.** Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=a2a5e1dc29759ed2>, Acesso em: 14 fev. 2024.
- LEWONTIN, R. **A tripla hélice: gene, organismo e ambiente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Projeto do plano de ação nacional da luta contra a desertificação na Guiné-Bissau.** República da Guiné-Bissau, 2006.
- PIAZERA, E. M. **O conceito de ambiente e o monitoramento ambiental em agro-ecossistemas.** 88p. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Agro-ecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, 13(29), 11-20, 1992.
- SANÓ, Lassana. **Política ambiental e mecanismos de gestão participativa: um estudo de caso na Guiné-Bissau.** Dissertação de mestrado em Economia e Gestão do Ambiente. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2016.
- SANTILLI, Juliana. **Livro socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** Publicado pela Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf), Acesso em: 14 fev. 2024.
- SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Políticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau: os antecedentes históricos para entender os desafios sociais cumulativos. **Afro-Ásia**, v.55, 2017.
- SEMEDO, Rui Jorge. **Técnicas e saberes locais da tradição Balanta.** Bissau, 2015.
- SIA, Isna Gabriel. **Danças do povo Brasa (Balanta) da Guiné-Bissau na contemporaneidade:** Kussunde, Kanta Po e Broska. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/handle/123456789/656>. Acesso em: 19 maio 2024.
- SIGA, Fernando. **A organização social, política e religiosa dos Balanta.** 2015. Disponível em <https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1192>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- SILVA, Irinéia de Fátima. Preservação e Conservação da Reserva Legal: Novos Debates. Barbacena.–rota das emoções. **Turismo estudos e práticas**, p. 79-101, 2014.
- SOUSA, Haide. PRESEVAR ou CONSERVAR? **UFMA Sustentável.** São Luís: UFMA, 2018. Disponível

em:<https://portais.ufma.br/PortalUnidade/ufmasustentavel/paginas/noticias/noticia.jsf?id=52999>. Acesso em: 27 maio 2024.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. FRANCO, Rangel Donizete. Propriedade intelectual de biotecnologia e os conhecimentos tradicionais associados: reflexões a partir do caso Murumuru. **Revista do instituto brasileiro de propriedade intelectual**. v.1, 2012. Disponível em: <https://superaparque.com.br/upload/20151014-041058-protecao-juridica-para-as-ciencias-da-vida.pdf#page=26>, Acesso em: 15 fev. 2024.

UCCLA. Governo **Civil da Região de Oio**. 2019. Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/governo-civil-da-regiao-de-oio>. Acesso em: 10 maio 2024.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, p. 39-55, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/vCsdStssLs3bkq9krQLCBpC/>. Acesso em: 13 set. 2024